



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9393538/2018-CPL/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.007170/2018-70

PREGÃO Nº 13/2018
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo - fixo e fixo - móvel) nas modalidades local, longa distância nacional - LDN e longa distância internacional - LDI; e Serviço de Banda Larga - ADSL, a serem executados de forma contínua, visando atender às demandas das unidades da Polícia Federal vinculadas à Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas unidades, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ESPECIFICAÇÕES	ITEM	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	VALOR MENSAL (VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL)	VALOR ANUAL (VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL)
1	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO ANALÓGICO NA MODALIDADE LOCAL (LINHAS DIRETAS INDIVIDUAIS). Assim entendidos os serviços necessários para a realização de comunicação telefônica originada ou recebida nas linhas diretas individuais na Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas Unidades do DPF vinculadas, destinadas a outros terminais do STFC e do SMP (Serviço Móvel Pessoal - VC1) localizados na mesma área local definida pelo PGO da ANATEL, consideradas locais pelas operadoras com o fornecimento de acessos analógicos necessários à sua realização.	1	5.044,92	60.539	R\$ 504,49	R\$ 6.053,88
		2	5.748,25	68.979	R\$ 4.598,60	R\$ 55.183,20
		3	19	228	R\$ 1.337,98	R\$ 16.055,76
		4	QUANTIDADE DE INSTALAÇÃO DO ITEM 03		PREÇO INSTAÇÃO ITEM 3 (UNITÁRIO)	PREÇO INSTAÇÃO ITEM 3 (TOTAL)
			19		R\$ 64,00	R\$ 1.216,00

VALOR GRUPO 1					R\$ 78.508,84	
2	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTRONCAMENTO DIGITAL - LINK E1 (uso convencional). Assim entendidos os serviços necessários para a realização de comunicação telefônica originada ou recebida diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal - DDR) das centrais telefônicas existentes na Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas unidades e suas Unidades do DPF vinculadas, destinadas a outros terminais do STFC e do SMP (Serviço Móvel Pessoal - VC1) localizados na mesma área, consideradas como locais pelas operadoras, com o fornecimento de Entroncamentos Digitais a, no mínimo, 1 Mbps (E1).	5	16.503,42	198.041	R\$ 1.650,34	R\$ 19.804,08
		6	11.764,92	141.179	R\$ 9.529,59	R\$ 114.355,08
		7	6	72	R\$ 7.576,56	R\$ 90.918,72
		8	QUANTIDADE DE INSTALAÇÃO DO ITEM 07		PREÇO UNITÁRIO POR INSTALAÇÃO DO ITEM 07	VALOR TOTAL
			6		1.488,70	R\$ 8.932,20
		9	QUANTIDADE DE ASSINATURA POR BLOCO DE 50 RAMAIS (CINQUENTENA)		PREÇO MENSAL POR ASSINATURA POR BLOCO DE 50 RAMAIS (CINQUENTENA)	VALOR TOTAL
18 (900)	R\$ 3.114,90		R\$ 37.378,80			
VALOR GRUPO 2					R\$ 271.388,88	
3	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL (LDN E LDI). Assim entendido os serviços necessários para a realização de comunicação telefônica provenientes de terminais fixos (STFC), instalados na Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas	10	1.101,50	13.218	R\$ 671,92	R\$ 8.063,04
		11	997	11.964	R\$ 558,32	R\$ 6.699,84
		12	997	11.964	R\$ 1.505,47	R\$ 18.065,64
		13	997	11.964	R\$ 1.555,32	R\$ 18.663,84

	unidades e suas Unidades do DPF vinculadas, e destinadas a terminais fixos/móveis localizados fora do território brasileiro ou fora da área local definida pelo PGO da ANATEL, considerado desta forma como ligação não-local.	14	77,08	925	R\$ 1.147,72	R\$ 13.772,64
VALOR GRUPO 3					R\$ 65.265,00	
4	SERVIÇO DE BANDA LARGA - ADSL. Consiste no serviço de Comunicação Multimídia (SCM) na modalidade internet banda larga, com velocidade de conexão de 5 Mbps ou maior disponível na Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas unidades, contidos na tabela de unidades vinculadas à Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas unidades constantes deste Termo de Referência.	15	QUANTIDADE DE LINKS	PREÇO PARA CADA LINK		Valor Total
			23	R\$ 119,90		R\$ 2.757,70
		16	QUANTIDADE DE INSTALAÇÕES DO ITEM	PREÇO UNITÁRIO POR INSTALAÇÃO DO ITEM 15		Valor Total da instalação do item 15
			23	R\$ 70,56		R\$ 1.622,88
VALOR GRUPO 4				R\$ 4.380,58		
VALOR TOTAL G1+ G2+G3+G4				R\$ 419.543,30		

1.2. O objeto do presente Termo de Referência é composto por itens organizados em grupos para cotação e lances, que serão ofertados por preço anual do item, mas será considerado para fins de classificação o valor total do grupo.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativa quanto ao objeto:

2.1.1 A necessidade da contratação dos serviços de telefonia fixa se faz em virtude da necessidade da Instituição, ao desenvolver suas atividades rotineiras, necessitar de um meio de comunicação fácil e rápido, a curta e a longa distância, seja ele fixo ou móvel. Os serviços de telefonia atualmente são imprescindíveis na Administração Pública como instrumento facilitador da comunicação nas atividades do órgão, garantindo aos servidores a maximização de sua produção diária e a obtenção da pretendida eficiência.

2.1.2. A execução dos serviços em tela atenderá às necessidades das Unidades da Polícia Federal (PF) no Acre e Unidades da PF vinculadas, no que tange às comunicações telefônicas de servidores, transmissão segura de dados entre as unidades de inteligência e ao monitoramento e interceptações autorizadas de ligações telefônicas e de dados, sendo essencial ao pleno desempenho das atividades do órgão, auxiliando na execução

de Missões Policiais e Atividades Administrativas, no Estado do Acre e em todo Território Nacional.

2.1.3. Os serviços de telefonia e correlatos estão relacionados ao uso de tecnologia para implementar a comunicação e transmissão de dados e de informações entre pessoas, entre instituições e, entre pessoas e instituições. Em um mundo globalizado a comunicação ocupa fundamental papel, reduzindo distâncias e conferindo celeridade às interações pessoais e institucionais. Neste contexto, as atividades de segurança pública requerem acesso aos mais sofisticados recursos e soluções tecnológicas disponíveis para realizar com eficiência e em tempo real, seu mister de prevenção e combate às, cada vez mais organizadas, atividades criminosas.

2.1.4. É importante frisar que o contrato atual com empresa especializada em prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo - fixo e fixo - móvel) nas modalidades local, longa distância nacional - LDN e longa distância internacional - LDI não poderá ser prorrogado após o prazo de sua vigência, conforme estabelece o Art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.2 Justificativa quanto ao processo de contratação:

2.2.1. O Governo Federal, como toda grande organização, tem gastos volumosos com serviços de telefonia e dados nos órgãos e entidades que o compõem. Os crescentes desafios colocados para o governo acabam induzindo o aumento da máquina administrativa e, conseqüentemente dos gastos com seus serviços.

2.2.2. Parte significativa desses dispêndios pode ser reduzida com processos de contratação eficientes, planejados previamente por meio da apuração das necessidades e das demandas de cada órgão da administração.

2.2.3. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos serviços prestados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

2.3 Justificativa quanto ao valor estimado:

2.3.1. Foi utilizada a média aritmética para se chegar ao valor máximo que será praticado pela Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas unidades e as Unidades da PF vinculadas, em razão da diferença dos valores encontrados nas pesquisas relacionadas aos mesmos itens, tal procedimento se deu na tentativa de não obter, como resultado deste pregão, itens desertos.

2.4 Justificativa quanto ao agrupamento dos itens e ao não parcelamento por unidade:

2.4.1. Separando os grupos por serviços similares e não por unidades; prioriza-se a especialização de cada empresa no serviço a ser prestado e não a localização geográfica e o endereço onde o serviço será prestado. Leva-se, desta forma, em consideração a similaridade daquilo que será executado e assim a licitante vencedora do item fornecerá serviços e equipamentos similares, interligados e integrados, necessários ao pleno atendimento das exigências edilícias, compondo um sistema de comunicação com equipamentos compatíveis entre si e com transparência de facilidades.

2.4.2. Entende-se que o conjunto de serviços a ser contratado no processo em referência, será não a soma das partes, mas um conjunto de serviços num único sistema e que trará em seu bojo vantagens, como: a padronização, compatibilidade de equipamentos e trará como consequência a redução do número de deslocamentos de técnicos entre as diversas unidades para acompanhar e gerenciar a manutenção e funcionamento dos serviços instalados em outras cidades de forma remota e segura.

2.4.3. O agrupamento dos itens evitará a contratação de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, assegurando, desse modo, a responsabilidade contratual e o princípio da padronização dos serviços.

2.5 Justificativa quanto ao quantitativo estimado de consumo:

2.5.1. Foi realizado o levantamento do consumo dos TRANCOS DIGITAIS, LINHAS INDIVIDUAIS e LDN - Longa Distância Nacional dos meses de fevereiro de 2017 a fevereiro de 2018, e com base neste levantamento foi estipulado o quantitativo estimado do consumo para o final do exercício, que compreende o período de 12 meses. A escolha dos meses em questão é devido ao encerramento do contrato vigente. A utilização de um mês antecedente provavelmente provocaria distorções se fossem levados em consideração para projetar o consumo de 2019 em diante. Por sua vez, um mês posterior não pôde ser utilizado devido a não liberação, até o fechamento deste termo, do detalhamento das faturas pela empresa com contrato vigente.

2.6 Justificativas complementares:

2.6.1. O Edital não apresenta serviços com características exclusivas a qualquer Operadora de Telecomunicação; restringindo-se a apresentar as características individuais e próprias para o atendimento das necessidades atuais da Delegacia de Superintendência da Polícia Federal/AC e suas Unidades vinculadas; características estas individuais e próprias, mas que podem ser atendidas por diversas operadoras, razão pela qual, se entende, permitirão o exercício de concorrência entre as licitantes proporcionando o menor preço à Administração.

2.6.2. A contratação destes serviços, em regime continuado, é justificada por sua essencialidade ao bom e pleno desempenho das atividades policiais e administrativas da Polícia Federal em todos os seus pontos de presença da Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas Unidades vinculadas.

2.6.3. Necessidade de preservação dos níveis de segurança da informação que tráfegará pela rede contratada. Entende-se que há exponencial crescimento de vulnerabilidade das informações diretamente relacionado ao aumento do número de redes diferentes pelas quais estas informações tráfegarão. Semelhante entendimento existe quanto ao crescimento exponencial de vulnerabilidade relacionado à quantidade de equipes e empresas diferentes para as quais determinadas serviços de instalação e manutenção serão submetidos.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O objeto desta contratação pode ser definido como serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 4º do Decreto nº 5.450/2005. Estando passível de padronização e aferição de padrões de desempenho e qualidade segundo critérios objetivamente definidos pelo Edital, mediante a utilização de especificações usuais do mercado.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS ITENS

4.1. **Grupo 1** - STFC ANALÓGICO NA MODALIDADE LOCAL (LINHAS DIRETAS INDIVIDUAIS) formado pelos ITENS: 1, 2, 3 e 4.

4.2. **Grupo 2** - STFC NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTROCAMENTO DIGITAL - LINK E1 (uso convencional) formado pelos ITENS: 5, 6, 7, 8 e 9.

4.3. **Grupo 3** - STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL (LDN E LDI) formado pelos ITENS: 10, 11, 12, 13 e 14.

4.4. **Grupo 4** - SERVIÇO DE BANDA LARGA - ADSL formado pelos ITENS: 15 e 16.

GRUPO	ITENS	DETALHES TÉCNICOS
I	1	Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendida a Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas unidades e as Unidades do DPF vinculadas, para telefones fixos nesta mesma área.
	2	Serviço Telefônico Fixo - Móvel na modalidade Local (VC1), assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendida a Unidade da Polícia Federal e as Unidades do DPF vinculadas, para telefones móveis nesta mesma área.
	3	Assinatura mensal de linha fixa comutada. Deve ser incluso nos custos da assinatura o serviço de identificação de chamadas (BINA).
	4	Serviço de instalação do item 3. O preço da instalação é cobrado somente na primeira fatura, única vez.
II	5	Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendida a Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas unidades e as Unidades do DPF vinculadas.
	6	Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Local (VC1), assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendida a Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas unidades e as Unidades do DPF vinculadas, para telefones móveis nesta mesma área.
	7	Assinatura mensal de link E1 de 1Mbps - 30 canais para entroncamento do PABX com a operadora.
	8	Serviço de instalação do item 7. O preço da instalação é cobrado somente na primeira fatura, única vez.
	9	Assinatura mensal de ramais DDR para interligação do PABX (Bloco de 50 ramais).
	10	Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional compreendido pelo serviço LDN inter-regional (ou seja, dentro da região I), assim entendidas as ligações originadas em telefones fixos da Delegacia de Superintendência da Polícia Federal/AC e as Unidades do DPF vinculadas,

III	10	destinadas aos estados da região I, conforme definido no Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 02 de abril de 1998 revogado pelo Decreto Nº 6.654, de 20 DE Novembro de 2008..
	11	Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional compreendido pelo serviço LDN inter-regional (ou seja, para as regiões II e III), assim entendidas as ligações originadas em telefones fixos em Rio Branco/Acre, Unidades do DPF vinculadas e destinadas aos estados da região II e III, conforme definido no Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 02 de abril de 1998, revogado pelo Decreto Nº 6.654, de 20 DE Novembro de 2008..
	12	Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional compreendido pelo Valor de Comunicação 2 (VC2), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones móveis em áreas compreendidas por códigos nacionais (DDD) com o primeiro dígito igual e o segundo diferente ao da Área de Rio Branco/Acre, ou de uma Unidade do DPF (vinculada).
	13	Serviço Telefônico Fixo-Móvel, na modalidade Longa Distância Nacional compreendido pelo Valor de Comunicação 3 (VC3), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones móveis em áreas compreendidas por códigos nacionais (DDD) com o primeiro dígito diferente ao da Área de Rio Branco/Acre ou de uma Unidade do DPF vinculada.
	14	Serviço Telefônico, na modalidade Longa Distância Internacional (LDI) que compreende as ligações originadas em telefones fixos das Unidades do DPF vinculadas a Rio Branco/Acre e destinadas a telefones fixos e telefones móveis no exterior.
IV	15	Serviço não dedicado de conexão à Internet, na modalidade internet banda larga (tecnologia ADSL), com velocidade de conexão de 5 Mbps, para todas unidades da SR/PF/AC, quando da justificada impossibilidade de fornecimento de serviço no local nesta velocidade. A qualidade do serviço deve observar a cartilha da Anatel disponível no endereço eletrônico: http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documentoVersionado.asp?numeroPublicacao=291474&documentoPath=&Pub=&URL=/Portal/verificaDocumentos/documento.asp
	16	Serviço de instalação do item 15. O preço da instalação é cobrado somente na primeira fatura, única vez.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do CONTRATANTE tem como base as seguintes características:

5.2. Considerações Gerais

5.2.1. Os Serviços a serem prestados deverão seguir rigorosamente todas as Normas e Regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) bem como todas as outras da Legislação vigente no País na forma da Lei.

5.2.2. A execução dos serviços será realizada nas unidades da Superintendência da Polícia Federal no Acre e Unidades vinculadas da PF, conforme Anexo I deste Termo de Referência.

5.2.3. A execução dos serviços será realizada conforme as quantidades definidas no Anexo II deste Termo de Referência.

5.2.4. A (s) empresa (s) vencedora (s) do certame firmará (ão) contratos separados com a CONTRATANTE. A tarifação deverá ser tratada separadamente e única para cada Unidade, segundo cada contrato firmado.

4.2.4.1 Fica facultado à contratada, se vitoriosa em dois ou mais grupos, consolidá-los em um único contrato, e/ou efetuar a cobrança em fatura única.

5.2.5. O Perfil de Tráfego, contendo as estimativas, é apresentado no Anexo III deste Termo de Referência. O perfil indicado, no entanto, não se constitui em qualquer compromisso de consumo.

5.2.6. Os preços deverão ser cotados mediante preenchimento da Planilha de Formação de Preços, constante do Anexo IV deste Termo de Referência. O proponente deverá cotar todos os itens do Grupo de seu interesse, sendo considerado para fins de classificação o menor valor por Grupo.

5.3. STFC na Modalidade Local (Grupos 1, 2 e 3)

5.3.1. O serviço telefônico na modalidade Local compreende a realização de chamadas locais para telefones fixos e para telefones móveis, bem como a recepção de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal - DDR) e Linhas Diretas Individuais, conforme o Grupo.

5.4. Troncos Digitais - E1 (Grupos 2 e 3)

5.5. A quantidade de entroncamentos de entrada e saída fornecida pela empresa contratada deverá ser suficiente e necessária para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefonia, objeto do Termo de Referência.

5.6. Todos os materiais e serviços necessários as instalações e conexões dos Troncos de Entrada e Saída serão fornecidos pela empresa CONTRATADA, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE.

5.7. A tarifação deve ser feita sobre cada ramal do entroncamento. Para tanto, a identificação das ligações para tarifação e faturamento será de acordo com os números de origem e destino presentes nas chamadas TDM entregues para a(s) operadora(s).

5.8. A descrição das características dos entroncamentos digitais para conexão com a Central Telefônica é apresentada a seguir.

5.9. Entroncamento E1 e Faixa de Numeração (Grupo 2)

5.9.1. Para prestação dos serviços de telefonia local, a empresa contratada deverá

5.9.2. fornecer e conectar Troncos de Entrada e Saída Digitais (E1) junto a Central Telefônica ou sistema de cada unidade indicada neste Termo de Referência.

5.9.3. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a facilidade de portabilidade numérica, devendo essa manter a (s) faixa (s) de numeração utilizada pela CONTRATANTE, sem ônus para a mesma, e independentemente da operadora do serviço a que esteja atualmente vinculada.

5.9.4. A quantidade de entroncamentos de entrada e saída indicada no Anexo II do Termo de Referência é estimada, devendo ser fornecido o quantitativo de Troncos de Entrada necessário para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico.

5.9.5. A faixa de numeração dos ramais (DDR) deverá ser sequencial, conforme as quantidades especificadas no Anexo II deste Termo de Referência.

5.9.6. Tarifação por Ramal (Assinante) e não por tronco chave.

5.9.7. Todos os ramais DDR de cada Unidade deverão receber chamadas a cobrar. Excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá solicitar, sem ônus, o bloqueio ou desbloqueio dessa facilidade para toda a faixa DDR de uma determinada Unidade.

5.9.8. Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos de Entrada e Saída e à alocação das faixas de numeração de ramais DDR serão fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus de

qualquer natureza para a CONTRATANTE.

5.9.9. Com relação à realização de chamadas, para cada modalidade do STFC, o tráfego de saída de todas as Unidades do DPF participantes será entregue tanto de forma conjunta à empresa CONTRATADA, no respectivo serviço, quanto localmente, junto ao (s) PABX (s) designado (s) pela CONTRATANTE, de acordo com as características descritas na seção anterior.

5.10. Chamadas para prefixos 0300, 0500, 0900 ou similares (Grupos 1, 2, 3 e 4)

5.10.1. Por padrão chamadas para telefones com prefixos 0300, 0500, 0900 ou similares deverão ser bloqueadas pela CONTRATADA, podendo ser habilitadas conforme solicitação da CONTRATANTE, sem ônus de qualquer natureza para esta.

5.11. Portabilidade (Grupos 1, 2 e 3)

5.11.1. Nos casos em que houver mudança da numeração dos ramais DDR atualmente utilizados ou de linhas diretas individuais para Entroncamento E1, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA o serviço de interceptação de chamadas (mensagem informando que o número mudou), sem ônus para a SR/PF/AC

5.12. Serviço Banda Larga - ADSL (Grupo 4)

5.12.1. O serviço de internet banda larga (ADSL) deverá ser fornecido com velocidade de conexão de 5 Mbps ou na maior disponível (podendo, inclusive, ser menor que 5 Mbps) nas Delegacias vinculadas a SR/PF/AC e nos Postos do DPF vinculados a SR/PF/AC - quando da justificada impossibilidade de fornecimento de serviço no local nesta velocidade. Neste caso, a CONTRATADA deverá encaminhar documentação atestando a inviabilidade e instalar o serviço na maior velocidade possível.

5.12.2. Em nenhuma hipótese será cobrado o consumo do tráfego de download ou upload utilizado. Não haverá limitação de consumo de tráfego para nenhum dos links, dentro do limite de velocidade especificado neste Termo de Referência. Também não será necessária a utilização de provedor de conteúdo, o que exclui a cobrança de qualquer serviço dessa natureza.

5.12.3. A taxa de banda mínima disponível para utilização de cada link seguirá as normas da ANATEL sobre o Serviço de Comunicação Multimídia.

5.12.4. Todos os equipamentos e a infraestrutura necessária ao fornecimento e perfeito funcionamento do serviço de Internet Banda Larga (inclusive modems) são de responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6. DAS DEFINIÇÕES

As seguintes definições relativas ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e aos Serviços de Dados serão consideradas neste Termo de Referência:

6.1. PGO - Plano Geral de Outorgas estabelece procedimentos visando disciplinar a contratação da prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado STFC a ser executado de forma contínua nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

6.2. STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado definido no PGO como o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destinasse à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.

6.3. Serviço Local - Modalidade do STFC cujas chamadas são realizadas dentro de uma mesma área local.

6.4. Serviço de Longa Distância Intra-regional - Modalidade do STFC cujas chamadas são originadas e terminadas em um mesmo Setor ou entre Setores de uma mesma Região definida pelo PGO.

6.5. Serviço de Longa Distância Nacional (Inter-Regional) - Modalidade do STFC cujas chamadas ocorrem entre pontos fixos determinados situados em regiões distintas no território nacional, conforme definido no PGO.

6.6. Perfil de Tráfego - Quantitativo médio mensal, em minutos, de ligações telefônicas ocorridas, em função de determinado período, horário e localidades de destino de maior ocorrência.

6.7. Plano de Serviço - Documento que descreve as condições de prestação do serviço quanto ao seu acesso, manutenção do direito de uso, serviços eventuais e suplementares, as tarifas e preços associados, valores, regras e critérios de sua aplicação, constituindo uma opção aberta a todos os usuários e interessados.

6.8. Plano Básico de Serviços - Plano de Serviço de oferta obrigatória e não discriminatória a todos os usuários do STFC registrado na ANATEL.

6.9. Plano Alternativo de Serviços - Plano opcional ao Plano Básico de Serviço, sendo de estrutura de preços definida pela Prestadora, visando à melhor adequação da prestação do serviço para o atendimento do mercado.

6.10. ANS - Acordo de Nível de Serviço. Condições mínimas de operação da infraestrutura e de atendimento a serviços executados pela contratada na instalação e na prestação de serviços na vigência contratual.

6.11. SCM - Serviço de Comunicação Multimídia na modalidade internet banda larga.

6.12. PF - Polícia Federal.

6.13. NAD - Núcleo Administrativo e responsável pela implantação.

6.14. NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/PF/AC, responsável técnico na Polícia Federal pela fiscalização, manutenção e operação dos serviços contratados.

Falha - É considerada falha qualquer indisponibilidade do serviço por período; exceção feita aos casos de reconhecida força maior e eventuais interrupções programadas dos serviços para qualquer fim, informadas ao NTI, com antecedência, de no mínimo, 72h (setenta e duas horas).

7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

7.1.1. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

7.1.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

7.1.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.4. A fiscalização e controle da implantação dos serviços serão realizados pelo -NTI/SR/PF/AC (E- mail: nti.srac@dpf.gov.br ; Telefone: (68) 3212-1211 ou 1213).

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, bem como, pessoal especializado, quando for o caso, nas quantidades e qualidades necessárias para a ininterrupta prestação do serviço.

9. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

9.1. A execução dos serviços será iniciada após a devida publicação do contrato no Diário Oficial da União.

9.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias após a emissão de Nota Fiscal por parte do CONTRATADO, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. DA VISTORIA, NÃO OBRIGATÓRIA

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, 8:30 horas às 11:30 e das 14:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (68) 3212-1211 ou (68) 3212-1213, podendo sua realização ser comprovada por:

a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

OU

b) Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).

10.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

10.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

10.4. A empresa licitante que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar;

10.5. A empresa que optar pelo disposto no item acima aceitará tacitamente todas as condições e adversidades que possam existir para a instalação dos equipamentos e prestação dos serviços licitados nos locais descritos nos respectivos itens, sem nenhum ônus à Administração.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 11.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 11.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.6. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham ser solicitados pelo consultor designado pela CONTRATADA.
- 11.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 12.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.12. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL.
- 12.13. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.
- 12.14. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem está a designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, excluindo a disponibilização de central de atendimento do tipo “call center”.
- 12.15. Credenciar por escrito, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 12.16. Realizar comunicação prévia aos fiscais de contratos sobre qualquer atendimento nas dependências da Superintendência da Polícia Federal/AC, inclusive nas unidades do interior, com vistas a obter autorização de ingresso nos locais através de credencial de segurança.
- 12.17. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

- 12.18. Visando dar continuidade ao serviço público, os serviços contratados deverão ser ativados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da assinatura do contrato, dentro do qual a CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das Operadoras de Telefonia Pública e da CONTRATANTE, incluindo a publicação da faixa de numeração e o serviço de interceptação de chamadas.
- 12.19. A ativação dos serviços contratados deverá ser comunicada ao Fiscal de Contrato e realizada na Superintendência da Polícia Federal no Acre e suas unidades e as Unidades do DPF vinculadas, após sua autorização e sob sua supervisão e orientação.
- 12.20. As alterações de características técnicas decorrentes de alterações nas Centrais Telefônicas, nas Características de Conectividade, ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da CONTRATADA serão efetivadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE.
- 12.21. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.
- 12.22. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 12.23. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram a CONTRATADA, independente de solicitação;
- 12.24. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 12.25. A versão em papel das faturas deve apresentar o detalhamento das chamadas por ramal ou linha, no caso do STFC, e o detalhamento por link, no caso do SCM, com quebra de página, ou seja, o início do detalhamento de um novo ramal, linha ou link deve ser feito sempre em uma nova página.
- 12.25.1. No caso do STFC, os serviços devem ser tarifados sempre por ramal individualizado.
- 12.26. Os detalhamentos, impressos e em arquivo eletrônico, dos serviços constantes nos Grupos 1, 2 e 3 deste Termo de Referência, devem conter um relatório resumido por cada item dos Grupos mencionados com os valores gastos e o total de minutos, de cada ramal ou linha.
- 12.27. No caso dos SCM (Grupo 5) não será permitida a cobrança de valores sobre o tráfego de dados utilizado, mas tão somente o valor mensal dos links e acessos conforme dispuser o instrumento de contratação.
- 12.28. As Notas Fiscais deverão representar um intervalo de tempo correspondente ao primeiro e último dia do mês de referência. Não serão aceitas Notas Fiscais que correspondam a períodos iniciados num mês e encerrados no mês seguinte.
- 12.29. Disponibilizar especialista em cada modelo de Central Telefônica, se requerido pela CONTRATANTE e sem ônus para a mesma, no momento da ativação dos serviços, de forma a garantir a continuidade e o bom funcionamento dos serviços já utilizados e do objeto deste Termo de Referência.
- 12.30. Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas a esta contratação, tais como manutenção, configuração, entre outros.
- 12.31. Levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.
- 12.32. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.
- 12.33. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.
- 12.34. Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.
- 12.35. Responsabilizar-se pelo ônus de quaisquer ações, demandas, custos e despesas relativas a danos gerados por dolo ou culpa sua ou de quaisquer de seus empregados, assumindo todas as responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do contrato.
- 12.36. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato.
- 12.37. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.
- 12.38. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 12.39. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.
- 12.40. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços contratada ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.
- 12.41. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.42. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.43. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.44. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o

atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.45. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

15.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

15.5.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.5.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. O fiscal técnico ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.15. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na

legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização e controle da implantação dos serviços serão realizados pelo - NTI/SR/PF/AC E-mail: nti.srac@dpf.gov.br ; Telefones: (68) 3212- 1211 ou 1213).

15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

16.1. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, excluindo a disponibilização de central de atendimento do tipo “call center”.

16.2. Deverá ser disponibilizado contato direto (e-mail e telefone) do preposto nomeado pela CONTRATADA, de seu substituto ou de quem tenha poderes de decisão para representar a CONTRATADA para uso da CONTRATANTE quando necessário à eficiência e agilidade da execução dos serviços a serem contratados.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

17.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

17.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

17.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 18.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 18.1.4. Comportar-se de modo indôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal;

18.1.6. Não manter a proposta.

18.2. Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.4. Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.5. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

18.2.6. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.6.1. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.7. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.2.8. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.9. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.2, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 e 18.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a contratada que:

18.5.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.9. Fazem parte deste Termo de Referência os anexos I, II, III, IV.

19. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.1.1. ANEXO I – A - UNIDADES VINCULADAS À SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO ACRE

19.1.2. ANEXO I – B - IDENTIFICAÇÃO E QUANTITATIVO DE SERVIÇOS POR UNIDADE

19.1.3. ANEXO I – C - PERFIL DE TRÁFEGO

EDKALLENN SILVA DE LIMA
Agente de Polícia Federal
CH/NTI/SR/PF/AC

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação.

DOUGLAS DAGOSTIN
Agente Administrativo de Polícia Federal
Chefe do SELOG/SR/PF/AC

DESPACHO:

Com fundamento legal no inciso II, do art. 9º do Decreto 5.450/05, APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a realização da licitação para a contratação de serviços de telefonia fixa e conexão à internet, uma vez que são imprescindíveis às atividades institucionais deste órgão, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas.

RAFAEL FRANCISCO FRANÇA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional - SR/PF/AC (em exercício)



Documento assinado eletronicamente por **DOUGLAS DAGOSTIN, Gestor Financeiro**, em 21/12/2018, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VITOR BATISTA GOMES SILVA, Papiloscopista Policial Federal**, em 21/12/2018, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL FRANCISCO FRANCA, Superintendente Regional - Substituto(a)**, em 21/12/2018, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9393538** e o código CRC **25ACD42F**.